

Anais

VII

Seminário Internacional

políticas culturais

17 a 20 de maio de 2016- Rio de Janeiro

Organizadores:

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Adélia Zimbrão

Deborah Rebello Lima

**Itaú
cultural**

OBSERVATÓRIO
ITAÚ CULTURAL

10
ANOS

Edição: Fundação Casa de Rui Barbosa



ISBN: 978-85-7004-337-5

Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores:

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Adélia Zimbrão

Deborah Rebello Lima

17 a 20 de maio de 2016 – Rio de Janeiro

Seminário Internacional Políticas Culturais (7. : 2016 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 17 a 20 de maio de
2016, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação
Casa de Rui Barbosa, 2016.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World WideWeb:

<<http://www.culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>

ISBN: 978-85-7004-337-5

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Zimbrão,
Adélia, org. IV. Lima, Deborah Rebello, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306

[Voltar ao Índice dos Trabalhos](#) ↻**PONTOS DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO: POTENCIALIZAR SINERGISMOS**Marcella Francelina Vieira Camargo¹

RESUMO: O presente texto tem como objeto a reflexão sobre a gestão participativa da Rede de Pontos do Estado do Rio de Janeiro, que representa parte da política pública federal Cultura Viva, de promoção e garantia da diversidade cultural do Ministério da Cultura. O objetivo é desenvolver uma análise crítica da relação entre a gestão participativa da Rede de Pontos do Rio de Janeiro e o processo democrático de inclusão de diferentes subjetividades. O estudo pretende identificar e analisar em que medida os mecanismos de participação estabelecidos pelo Cultura Viva geram oportunidades e condições efetivas de participação, em termos da inserção dos diferentes segmentos da diversidade cultural que povoa os Pontos de Cultura do estado, e quanto isso pode favorecer o alargamento dos mecanismos de participação da Rede Nacional do Pontos e da sociedade como um todo, contribuindo para a democratização da fruição e produção da Diversidade Cultural Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Viva, Gestão Participativa, Produção de Conhecimento cognitivo-sinestésico-afetivo-estético

1. CONTEXTO HISTÓRICO

O programa Cultura Viva foi lançado em 2004, quando o cantor tropicalista baiano, negro e compositor, Gilberto Gil² estava à frente do Ministério da Cultura, no primeiro mandato do governo de Luis Inácio Lula da Silva. A inovação cidadã da política pública de diversidade cultural se revelou em diferentes dimensões, especialmente pela sua capilaridade: em dez anos atingiu 1.000 municípios em 26 estados, fomentando projetos sócio-culturais de diversos segmentos da cultura brasileira. Os projetos foram batizados de Pontos de Cultura. Esta política pública atingiu a cultura de base comunitária, juventude, quilombolas, comunidades tradicionais, cybernautas, a produção cultural urbana, a cultura popular, e todos os tipos de linguagem

¹ Mestre em Antropologia e Sociologia pelo IFCS-UFRJ, fundadora da Escola de Pesquisa de Jovens Pesquisador@s de Nova Iguaçu, desenvolve pesquisa-ação participativa a 2 décadas, em parceria com a sociedade civil organizadas e a gestão pública, co-fundadora do GT Pesquisa Viva da Comissão Nacional do Pontos de Cultura, é ponteira da Casa Nuvem. Email: marcellafvc@gmail.com

² Praticante da diversidade cultural em sua musicalidade, mistura várias tradições e linguagens da diversidade cultural brasileira com tecnologia digital.

artística e cultural³, chegando a territórios que historicamente não tinham atenção do estado no que diz respeito a saúde e saneamento básico, muito menos às práticas e ações culturais locais.

O objetivo da política era reconhecer os agentes culturais ativos, invisíveis às políticas de estado e ao mercado, mas que contribuem amplamente no desenvolvimento das comunidades locais, nas palavras de Gilberto Gil:

“clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de ‘do-in’ antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país”⁴.

Indo na contramão do pensamento hegemônico das classes dominantes, pela necessidade de levar Cultura ao Povo Brasileiro (TURINO 2009).

O Ministério da Cultura elaborou um edital, aberto às organizações sem fins lucrativos que desenvolvessem ações com impacto sócio-cultural nas comunidades de baixa renda em todo o território nacional. Os pilares metodológicos de implementação do Cultura Viva eram e são: 1. O financiamento de R\$ 60.000,00 por ano, durante três anos; 2. Disponibilizar equipamentos com software livre e acesso à internet, para produção e edição multimídia; 3. Promover oficinas, cursos, acompanhamento, intercâmbio e instigação via meios de difusão do Cultura Viva; e 4. Plataforma web de distribuição - compartilhamento das produções simbólicas e conhecimento tecnológico, gerados pela ação autônoma em rede dos pontos de cultura. Na 1a. edição do edital foram inscritas 800 propostas e selecionados 214 projetos de todo o território nacional.

A implementação e gestão dos projetos do Programa Viva, dos 214 Pontos de Cultura, era realizada diretamente pelo MinC. Foram muitas as dificuldades de gestão, devido às distâncias geográfica, territorial e educacional, e entre gestores⁵ e ponteiros⁶. A política em operação revelou que as contrapartidas exigidas pelos convênios⁷ influenciam no cotidiano dos agentes culturais (IPEA, 2011; COSTA, 2008), alterando suas práticas nos projetos de Pontos de Cultura, destacando-se: as exigências de execução e prestação de contas dos recursos repassados; os desafios e benefícios que a novidade e a dificuldade de acesso ao universo digital compreendem; a necessidade da comunicação interna e externa, considerando o mundo virtual como a principal base do acompanhamento e fomento da rede⁸, que com o passar dos anos está fortemente apoiada nos encontros presenciais.

³ <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva>

⁴ Extraído : <http://ecodigital.blogspot.com.br/2004/09/pontos-de-cultura-do-in-antropologico.html>

⁵ Técnicos do MinC, muitos deles oriundos das universidades, ONGs e militância das áreas da juventude e da cultura.

⁶ Como as pessoas que desenvolvem os projetos nos Pontos de Cultura se identificam enquanto rede/campo.

⁷ Convênios são instrumentos legais e jurídicos que formalizam as obrigações entre o Estado e as instituições proponentes de Pontos de Cultura.

⁸ Ainda um dos calcanhares de Aquiles.

Entre os impactos positivos indetectáveis em vários estudos acadêmicos (LAMBREIA, 2014; IPEA, 2011; CAMARGO, 2011) está a capilaridade que potencializou e fomentou fluxos de informações e saberes entre a sociedade civil organizada, os Pontos de Cultura e o corpo técnico do estado. Uma série de atores, agentes, artistas e ativistas sócio-culturais vem sendo reconhecida pelo estado e pela sociedade civil, estabelecendo sinergias com diversos movimentos sociais⁹ e aflorando novas representações e comportamentos.

No Brasil, esta amplitude e elasticidade contribuíram para o reconhecimento da Cultura como um dos Direitos Humanos fundamentais, o que implica a garantia de direitos e do respeito, e a valorização da diversidade cultural, que se colocam como transversais aos desafios das organizações governamentais e não governamentais, em segmentos políticos, econômicos, sociais etc., dialogando diretamente com a agenda 21 das Nações Unidas, que passa a influenciar a agenda do Estado e dos Pontos, refletindo nas formas de pensar da administração pública da Rede dos Pontos do Estado do Rio de Janeiro.

Esses diversos fluxos de informação, motivação e compromissos com a inclusão e democracia povoam o Cultura Viva, de modo que o princípio participativo possa permear todas as esferas do Cultura Viva, pautando e demandando práticas da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural, o que implica “reflexões e estabelecimento de práticas compartilhadas pelo governo e Rede de Pontos” (ROLEMBERG:2015, p. 14). Entretanto, ao lado dos impactos positivos, os percalços de planejamento e gestão nos Pontos e na administração pública aumentaram na proporção dos números de Pontos de Cultura na Rede, assim como as disputas entre os diversos segmentos envolvidos.

Respondendo à necessidade de mecanismos para possibilitar a gestão compartilhada, em 2006 acontece a primeira Teia Nacional em São Paulo. As Teias Nacionais são o locus mais importante de tomada de decisões da Rede Nacional, de troca de experiências sinestésicas, estéticas, cognitivas e afetivas, onde a experiência e a celebração da diversidade cultural são vividas.

Importante destacar que esta é a única instância onde é facilitada¹⁰ a participação de gestores: um representante de cada Ponto, delegados ponteiros dos fóruns regionais¹¹ e setoriais¹², e também conta com a participação espontânea e fomentada por diversas entidades nacionais e internacionais acadêmicas, artísticas, culturais de artistas, pesquisadores, militantes e interessados na diversidade cultural em geral.

⁹ Gênero, étnico, geracional, ecológico, rural, estético, artístico em diversas linguagens.

¹⁰ Os participantes reconhecidos pelo estado recebem passagem, estadia e alimentação para participar.

¹¹ Um de cada estado.

¹² Linguagens artísticas como teatro, dança, música, cultura digital, e também segmentos sociais como juventudes, indígenas, quilombolas, gênero, LGBT, etc...

Uma das decisões desse fórum foi a necessidade de ter instituições “experientes¹³”, como Pontões¹⁴, cujo objetivo seria de fomentar e articular os diversos Pontos, aproximando-os das Redes locais e das Redes dos estados e federal. Mais uma vez durante a execução das atividades dessas instituições ocorreu uma série de problemas de ordem técnica e burocrática, ligados à fiscalização de atividades e à liberação de recursos que descontinuaram as atividades de vários Pontões¹⁵.

Em 2012, atendendo às demandas das diversas redes estaduais, foi fundada a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural¹⁶ (SCDC) com a função de, entre outras, estimular os melhoramentos, sistematizar e redesenhar o programa para atender às novas demandas da Rede; repassar o financiamento e acompanhar os estados e municípios para que distribuam e administrem publicamente a rede dos Pontos, indo ao encontro do paradigma de desenvolvimento local delineado por MILANI (2006): “Fomentar uma rede com participação de diferentes atores que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas.”

Atualmente, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados - IPEA (2011), são cerca de 3.000¹⁷ Pontos de Cultura em todo o país, suas ações atendem por volta de oito milhões de pessoas. Em 2014, o Programa Cultura Viva transforma-se em Política Federal do Cultura Viva¹⁸, cuja meta é implementar 15.000 Pontos no território Nacional até 2020.

Estabelecida a trajetória, no amplo contexto desta política, o desafio do presente texto é refletir o que é e como acontece a gestão participativa da rede de pontos de cultura, em outras palavras, levantar e analisar os mecanismos da gestão participativa dentro deste universo rico em diversidade de modos de vida e expressões culturais, utilizando o estado do Rio de Janeiro como referência.

Para mergulhar neste universo, adotei como recorte regional o estado do Rio de Janeiro, por vários motivos: apesar de se tratar de uma política do governo federal, o Cultura Viva é operacionalizado por meio de convênios do MinC com as secretarias estaduais e municipais de cultura em todo o território nacional; O Rio de Janeiro compõe cerca de 10% da Rede Federal dos

¹³ Pensamos que em um contexto onde é tudo experimental o ser experiente é uma construção de discurso tecnocrata, o que estava em jogo era a capacidade de fomentar a rede.

¹⁴ As instituições selecionadas foram alguns Pontos de Cultura mais antigos, de convênio de 2004 e universidades, principalmente as públicas.

¹⁵ Este desenho da política é retomado para SMC neste ano, 2015.

¹⁶ Seu objetivo é fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades excluídas e ampliar o acesso aos bens culturais, principalmente no apoio a projetos de espaços culturais denominados Pontos de Cultura e suas unidades de articulação e mobilização denominadas Pontões de Cultura. Os Pontos de Rede e as TEIAS também são instrumentos de gestão do Programa Cultura Viva. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade>

¹⁷ No site do MinC está publicada a implementação de 3.500 Pontos, esta diferença de valores corresponde a dois critérios de contagem diferentes. O IPEA mapeou os Pontos existentes em sua pesquisa realizada em 2011. Já o MinC contabiliza os convênios implementados, a diferença é que uma mesma instituição/CNPJ, após encerrar o convênio, pode concorrer ao um novo edital, certa de 17%, estão no seu segundo convênio.

¹⁸ Lei 13.018/2014 disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm

Pontos; pela extensão, diversidade e densidade de territórios, caracteriza um microcosmo que reflete a rede Nacional; por eu ser Ponteira, pertencer ao GT Pesquisa Viva e fazer parte da Rede Estadual e Nacional, e acompanhá-las desde 2008; e por ser o Rio de Janeiro a primeira unidade da federação a reconhecer e implantar o fórum mensal para discutir e deliberar sobre questões do Cultura Viva, reunindo Ponteiros e gestores do município, do estado, e da federação; e outros interessados que foram se agregando a esta rede de diversidade cultural.

2. OBJETO DA REFLEXÃO

O objeto desta reflexão é a gestão participativa da Rede dos Pontos de Cultura. Partindo de baixo para cima, observa-se¹⁹ que o cerca de 280 Pontos ativos e pulverizados pelo estado do Rio de Janeiro, somente 10% a 15% participam dos diálogos sobre a política, seja nos diários-virtuais ou nos periódicos-presenciais. Este número é alterado, em algumas ocasiões estratégicas, quando há: 1. Presença de pessoas do poder executivo do Ministério da Cultura, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), das Secretarias de Cultura na agenda do Fórum; 2. Eleições de delegados regionais ou setoriais para participar de alguma comissão da rede em nível estadual ou nacional, ou participar de eventos internacionais representando a Rede. Mas, mesmo nesses casos, o número de Pontos presentes não ultrapassa 50, o que aponta para a baixa adesão da Rede aos mecanismos de gestão e representação da política pública Cultura Viva. Todavia cabe indagar quem são esses participantes, o que os leva a participar, e quem são os ausentes?

Para refletir sobre a participação nos fóruns, podemos traçar alguns perfis iniciais. Em linhas gerais os Pontos são oriundos de três tipos de convênios²⁰, sendo que parte expoente dos participantes dos fóruns de discussão é composta por pessoas de instituições que assinaram o primeiro convênio com o MinC²¹. A pesquisa da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro²² mostra que essas instituições já realizavam outras parcerias em diferentes secretarias de estado, o que pode implicar a não renovação de questões, representações simbólicas e disputas de interesses no âmbito da diversidade cultural do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2008, o Programa Cultura Viva passou a ser mais pulverizado, e para garantir um melhor acompanhamento foi firmado um convênio entre a Secretaria de Estado de Cultura, o Ministério da Cultura e a União, delegando à administração da SeC 230 novos Pontos no Estado. Apesar do elevado número de participantes nos fóruns e Teias²³, pode-se indagar o quanto dessa participação é instrumental ou se de fato vem ampliar no sentido de incluir e reconhecer

¹⁹ Esta percepção se deve a minha participação nestes espaços.

²⁰ Há três tipos de convênios assinados com o Ministério da Cultura MinC (2004), a Secretaria de Estado do Rio de Janeiro SeC (2007 e 2014), e com a Secretaria Municipal do Rio de Janeiro SMC (2014).

²¹ 2004

²² Inédita que desenvolvi e coordenei ao longo dos últimos quatro anos, iniciada quando eu fazia parte do quadro de servidores da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

²³ A presença dos novos Pontos conveniados com a SMC é insipiente.

as diversidades culturais que vão formando a Rede, na direção dos questionamentos do espaço que é dado a outras possibilidades de representações da vida, alargando as opções humanas.

Como apontado pelo IPEA²⁴ 2011, outro fator importante é que as organizações que tiveram projetos aprovados²⁵ como Pontos de Cultura são distintas em termos técnicos, burocráticos e financeiros. Na pesquisa da SeC, identifiquei que há ONGs de pequeno, médio e grande porte, onde o significado e a dimensão de ter ou ser um projeto aprovado como Ponto de Cultura causam diferentes impactos. Em instituições como Observatório de Favela, Afro Reaggae e Dançando para Não Dançar, por exemplo, com orçamentos em milhões/mês, o projeto Ponto de Cultura é somente mais um, enquanto para instituições de pequeno porte como centros de umbanda, rodas de capoeira, aldeias indígenas, cineclubes de comunidades, nos rincões do Estado, o projeto de Ponto de Cultura não se diferencia da própria instituição²⁶, e todas as pessoas²⁷ da instituição estão envolvidas nas atividades, gerando uma série de dependências financeiras, administrativas e cognitivas do poder público.

Essas diferenças de porte das instituições, e de localização, próximas ou não das instâncias de poder²⁸, condicionam a participação dos Ponteiros nas diversos espaços de tomadas de decisão. Cabe apontar quatro motivos principais: a falta de recursos dos ponteiros que não podem usar as verbas federais dos Pontos, e nem receber ajuda de custo para participarem²⁹; a falta de disponibilidade de tempo, no caso de alguns Pontos, a ausência de um Penteiro pode prejudicar as atividades do Ponto como todo; o desconhecimento da importância de seu papel como colaborador da gestão compartilhada dos Pontos; e a dificuldade de acesso às redes virtuais. (ALENCAR, CRUXÊN, FONSECA, PIRES, RIBEIRO, 2013:119).

Legitimados pelo Programa Cultura Viva, (TURINO: 2009) por serem considerados como uma rede que representa os territórios e a diversidade cultural, desde sua formulação, ganharam oportunidades de participação na vida pública, ampliada para Conselhos Municipais, Estaduais, Nacionais de Cultura, de linguagens artísticas, de comunidades específicas, e várias outras políticas de transversalidade da diversidade cultural, todavia poucos Ponteiros são “qualificados”, conhecem e/ou têm interesse em participar desses fóruns que discutem e decidem sobre várias políticas setoriais em âmbito municipal, estadual e federal.

²⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

²⁵ São exigidos das organizações que tiveram projetos aprovados: um nível de formalização, técnicas burocráticas e administrativas que não faziam parte do escopo de atuação da grande maioria destas organizações.

²⁶ Em CAMARGO: 2011, percebe-se que nas pequenas instituições ainda podemos fazer divisões entre grupos que se formaram para concorrer aos editais e as instituições que já existiam, apesar das dificuldades de sustentabilidade.

²⁷ Segundo dados da pesquisa da SeC, como as instituições, os números de envolvidos e o tipo de vínculo variam entre os Pontos (CAMARGO:2011).

²⁸ Todas na capital.

²⁹ Dinheiro para passagem, estadia e alimentação, pois os fóruns são itinerantes, cada mês em uma das regiões, o que implica um montante considerável de recursos. Em algumas ocasiões as gerências disponibilizam “caronas”.

Outro pressuposto do Cultura Viva a ser discutido, e que pode estar relacionado com a baixa adesão à participação, é a crença de que distribuir equipamentos tecnológicos seria o suficiente para fomentar o fluxo de informação e comunicação da rede, permitindo a subida e descida de conteúdos veiculados pelos Pontos, e produzindo sinergia na Rede.

Sem dúvida, são enormes os benefícios e possibilidades trazidos pelo universo digital. Todavia a informatização não chegou com forma, intensidade e sentido iguais para todos os Pontos, sendo amplas as dificuldades e resistências ao mundo virtual, agravadas por não se poder usar parte do recurso para pagar provedores de acesso à internet (CAMARGO:2011). Ao final, as discussões e tomadas de decisões são presenciais.

A problemática se entrelaça em três pilares da política: a diversidade cultural e institucional; a debilidade da implementação da Cultura digital e a conseqüente fragilidade da rede e da comunicação; a distância entre a proposta inicial e os mecanismos reais de formas de participação.

Algumas perguntas podem ser indicadas:

- Quais são os diferentes significados de gestão participativa nos Fóruns e Teias?
- Qual é o papel do gestor público?
- Qual é a ação dos participantes dos fóruns?
- A quais segmentos sociais, étnicos, geracionais etc pertencem?
- Quais são as disputas simbólicas e econômicas em questão?
- Quais são os segmentos do universo de Pontos de Cultura do Rio de Janeiro que estão fora do campo?
- Há outras ferramentas que possibilitam a participação e estão à margem das disputas?
- Quais os mecanismos de gerenciamento das informações e conhecimentos produzidos pela Rede?
- Como são escolhidas, formuladas e usadas as pesquisas contratadas pelo MinC, e secretarias de cultura?
- O que significa participar do Programa Cultura Viva?

A percepção a partir da participação mensais dos fóruns, à luz da pesquisa que realizei na SEC é que a maioria dos Pontos de Cultura está à margem da agenda dos fóruns, o que implica que grande parte das subjetividades, dos sentidos sobre o dia a dia e suas respectivas representações de mundo fica fora dos processos de formulação e tomada de decisões da gestão participativa da Rede dos Pontos de Cultura, e seu reverso é que um mesmo grupo de pessoas vem construindo os espaços de participação desde o seu início.

Problemática - divide-se em dois eixos:

Eixo 1 - Gestão participativa dos Pontos de Cultura

Para abordar o tema governança, ou melhor, participação social dos Pontos de Cultura, torna-se fundamental delinear alguns condicionantes: o papel do estado e os valores que orientam os mecanismos onde se opera a participação, o processo de construção e espaços de participação, a qualificação dos grupos de atores; e as diferentes dimensões e significados da gestão compartilhada participativa na Rede Nacional e entre as Redes dos Pontos de Cultura (MILANI, 2006; COSTA, 2008).

Em termos de orientação principal, a Diversidade Cultural é considerada pelo MinC um Direito Humano. São os valores de respeito e promoção da Diversidade Cultural que devem orientar a construção dos espaços de gestão participativa. Nas palavras do formulador do conceito da política (TURINO:2009) “é fundamental que o Estado promova uma agenda de diálogos e de participação”.

Quais são os processos e práticas que operacionalizam essa proposição no cotidiano?

1. Em termos da administração pública, foram estabelecidas Gerências dos Pontos nas Secretarias de Cultura, onde a tarefa dos técnicos é acompanhar e facilitar o desenvolvimento dos convênios, seguindo orientações da SCDC/MinC; e
2. São seis (6) fóruns de reflexões e tomadas de decisões na rede de Pontos de Cultura composta por ponteiros e representantes do estado, a saber: Comissão Nacional de Pontos CNdP, Fórum Virtual da CNdP, Teias Nacionais, Teias Estaduais, Fóruns estaduais, Fórum Virtual da Rede Estadual. Na redes, estes fóruns estão todos conectados, e no dia a dia seus impactos são vividos e percebidos de maneiras distintas pelos Ponteiros/as; há um processo de qualificação para participar com voz, voto e presença em cada deles.

No corpo de executor e técnico no estado e no município do Rio de Janeiro, foram criadas as Gerências de Pontos de Cultura, cujas responsabilidades são do quadro de funcionários³⁰: 1. Repassar os recursos; 2. Acompanhar os Pontos virtual e presencialmente; 3. Prestar assistência técnica para garantir que os Pontos superem a burocracia³¹, bem como: 4. Facilitar e fortalecer a gestão participativa por meio de presença e estabelecimento de diálogos nos fóruns regulares virtuais e presenciais e extraordinários como as Teias estaduais e nacionais.

Seguindo as orientações da CNPdC, no âmbito estadual no dia a dia, o grupo de e-mail dos Pontos funciona atualizando as discussões, propondo pautas e, às vezes, encaminhando soluções, mobilizações em torno de temas de interesse, como a discussão e votação da implemen-

³⁰ Uma vez que os projetos e respectivas instituições foram selecionados por edital público.

³¹ Desde questões como escrever os projetos, fazer a gestão financeira, até a prestação de contas.

tação da lei Cultura Viva no Senado e na Alerj³². No fórum presencial³³ acontecem discussões e são tecidos diagnósticos, que, após serem tomadas decisões nas diferentes esferas de poder, são abertos aos ponteiros de todos os convênios federal MinC, estadual - SeC e municipal - SMC. Em contraposição, no fórum nacional, CNPdC, o transporte e a alimentação ficam a cargo dos interessados, o que na prática inviabiliza a participação de vários ponteiros/as. A verba destinada aos Pontos não pode ser usada para este tipo de atividade, (MILANI:2006; COSTA:2013).

Em linhas gerais, pode-se descrever a Teia como aberta ao público em geral, mas como mecanismo de gestão, tomada de decisão e votação tem a seguinte organização em nível nacional: a. Durante os fóruns estaduais são tirados delegados regionais e setoriais que se encontram três dias antes da abertura oficial e pública da Teia para discutir questões enviadas pelos fóruns estaduais e pela CNPdC, relativas aos desafios e estratégias do dia a dia da política pública Cultura Viva, e assim votar e encaminhar propostas; b. Quanto é aberta ao público em geral: cada ponto pode enviar 1 representante, que se encontrará com gestores públicos, acadêmicos, militantes das áreas da cultura e social, etc; a dinâmica é que se distribuam em Grupos de Trabalho – GT, conforme seus interesses, e desenvolvam propostas e encaminhamentos que dependerem de várias negociações para serem implementados ou não na Rede.

É também neste fórum que há possibilidade da formação de um novo GT. Todas as propostas são encaminhadas para a assembleia geral, que acontece no penúltimo da Teia, e são aprovadas ou não. Essas decisões influenciam os fóruns locais e os gestores públicos. Todas as decisões ficam valendo até a próxima Teia Nacional. Há uma série de mecanismos de escolha de representantes nos fóruns estaduais para se chegar até as Teias, e acessar oportunidades “tortuosas”, no sentido de pouco transparentes, que me proponho a investigar.

Os Fóruns estaduais mensais seguem a pauta determinada por e-mails, onde e quando todos/as Ponteiros³⁴ têm direito a voz e voto, debatem e deliberam, junto a representantes do MinC e das secretarias de Cultura. Os temas são os mais variados possíveis, desde a discussão sobre o significado e representação do que é ser Ponto de Cultura, redesenho de gestão da rede, até a prioridade de investimentos nas redes, que na prática se traduzem na abertura de novos editais para fomentar a rede.

As Teias Estaduais, seguindo o mesmo modelo já explicitado da Teia Nacional, são financiadas pelo MinC. Participam com direito à voz e a voto um representante de cada Ponto e um de cada segmento setorial (linguagens artísticas, região, ou diversidade cultural). Os grupos vão se formando conforme conseguem ampliar seu protagonismo na Rede.

³² Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

³³ Organizado e patrocinado por Pontos de Cultura.

³⁴ Na trajetória da política estes fóruns foram agregando outros atores, pesquisadores acadêmicos ou não, artistas e agentes culturais que trabalham com diversas linguagens e segmentos sociais.

Em termos de gestão participativa, no âmbito federal há a Comissão Nacional dos Pontos (CNdP), com 617 dos 3.000 representantes organizados em setoriais: a. 1 por estado; b. grupos de trabalhos temáticos (indígena, matriz africana, gênero, ação griô, escola viva, juventude, estudantes, pesquisa-ação, cultura digital, etc); c. linguagens artísticas (dança, teatro, música, audiovisual, etc).

A CNdPC, ao longo do ano, mantém um fórum virtual por e-mails onde, na conjuntura atual, os 617 membros podem participar; presencialmente cada uma das 63³⁵ setoriais envia um representante, que se encontra três vezes ao ano com gestores do MinC, acadêmicos e outros setores interessados em políticas públicas da cultura, para discutir as prioridades da rede, tomar decisões, fazer encaminhamentos, e organizar a Teia Nacional³⁶, sem periodicidade. É importante salientar que o Fórum Nacional é financiado pelos rendimentos da aplicação das verbas voltadas à política pública Cultura Viva.

Nesta descrição dos mecanismos de gestão participativa, há um imbricado caminho de participação e legitimação de representações em direção às esferas nacionais e internacionais, espaços que foram sendo desenhados no decorrer da política pública. Para o MInC “Trata-se de uma política cultural que, ao ganhar escala e articulação com programas sociais do governo e de outros ministérios, pode partir da Cultura para fazer a disputa simbólica e econômica na base da sociedade.” Entre as várias questões despertadas ao longo da descrição, cabe também refletir qual foi e é o papel do Estado na construção destes espaços (LEFEBVRE, 2005).

Eixo 2 - Territórios culturais x Redes da Cultura Digital

Neste eixo pretendo problematizar as diferentes participações na Rede, relacionadas às oportunidades de vivenciar territórios presencial e virtualmente.

Em 2004, no estado do Rio de Janeiro, o Programa Cultura Viva selecionou 75 projetos. Nota-se, na distribuição dos Pontos pelo mapa abaixo, que foi ínfimo o impacto no “interior³⁷” do estado. Com exceção da região do médio Paraíba, a grande concentração de Pontos foi na região metropolitana, 82,6%. A segunda Chamada Pública organizada pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro se deu em 2008, sendo abertas 230 oportunidades de convênios, e o desafio era o interior, devido aos entraves técnicos e burocráticos. Tais convênios foram firmados em etapas³⁸, demorando em algumas instituições até cinco anos³⁹. Se por um lado o reconhecimento dos agentes culturais é uma maneira de ampliar a democracia e cidadania, por outro os

³⁵ Fonte, análise dos formulários de inscrição dos membros do fórum.

³⁶ Em 10 anos houve quatro Teias Nacionais.

³⁷ Em oposição ao centro, à área metropolitana.

³⁸ Os projetos tiveram que ser requalificados com a ajuda de um corpo técnico da SeC, o Escritório de Apoio à Produção Cultural, EAPCult.

³⁹ Como os territórios culturais são dinâmicos (TORRES, 2001), muitos planos de trabalho tiveram que ser refeitos.

mecanismos de sua efetivação burocrática atravancam e retrocedem as conquistas. (SANTOS, 2007; RANDOLPH, 1998). Assim, 34 instituições não conseguiram firmar o convênio, apesar de serem aprovadas no edital.

Comparando os mapas na página seguinte, verifica-se uma maior pulverização dos 196 Pontos de Cultura conveniados à SeC no Estado, atingindo as oito regiões administrativas, e reduzindo a concentração na região metropolitana.

Em 2014, novo esforço da SeC para alcançar os 230 Pontos lançou edital para mais 34 instituições. Durante fóruns e Teias foram discutidas as dificuldades das instituições e a concentração em certas regiões administrativas, e assim decidiu-se que haveria cotas por região, no intuito de aumentar o fluxo da política para regiões não metropolitanas. Todavia, apesar dos esforços de adequação do convênio com a realidade das instituições, as dificuldades burocráticas persistem. Em janeiro de 2015 foram selecionados os 34 projetos⁴⁰, mas até 07/09/15 os convênios ainda não estavam firmados⁴¹.

Também em 2014 a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro lança o edital da Rede Carioca de Pontos de Cultura, implementando mais 50 Pontos no município, um total de 355 convênios no estado do Rio de Janeiro.

Seguindo as mesmas orientações do redesenho do edital da SeC voltado à inclusão de territórios de maior pobreza, a Rede Carioca de Pontos da SMC priorizou ações das zonas oeste e norte, onde há maior densidade demográfica e pouca presença do estado, sobretudo nas áreas de educação e cultura. A concentração de Pontos na capital é justificada pelas dimensões geográficas do município, densidade demográfica, e concentração de diversos modos de vida.

⁴⁰ Priorizando as regiões não Metropolitanas.

⁴¹ É importante esclarecer que o segundo edital, 2007, estava aberto a 200 grupos/organizações (com CNPJ). A Secretaria de Cultura faz um pedido especial ao MinC e amplia o reconhecimento a 15%.

Mapa 1*: Distribuição dos 75 Pontos de Cultura conveniados pelo MinC 2004



Mapa 2*: Distribuição dos 196 Pontos de Cultura conveniados pela SEC 2008



*Fonte: Pesquisa SeC 2015

Tabela 1: distribuição dos Pontos no estado através da implementação de seus 3 editais.

Regiões/Convênios/anos	Convênios				
	MinC/2004	SeC/2008	SeC/2014	Total(NA)	%
Metro - Capital	39	66	2	107	35,5%
Metro – Baixada Fluminense	13	23	4	40	13%
Metro – Leste Fluminense	10	13	5	28	9%
Serrana	3	20	7	30	10%
Baixada Litorânea	0	18	8	26	8,5%
Médio Paraíba	6	20	0	26	8,5%
Noroeste	1	10	3	14	4,5%
Centro Sul	1	10	1	12	4%
Costa Verde	2	8	3	13	4%
Norte	0	8	1	9	3%
Total	75	196	34	305	100%

A Tabela 1, sem considerar o edital da SMC, confirma concentração de 58% dos projetos de Pontos de Cultura na região metropolitana, cuja a densidade demográfica equivale a 75% da população do estado.

Ao desmembrarmos a região metropolitana, como propõe o Conselho Estadual de Cultura, em 3 sub-regiões tecemos as seguintes reflexões: a capital concentra 35,5% dos convênios, seguida pela Baixada Fluminense 13% e Leste Fluminense com 9%. Importante destacar que as essas duas últimas regiões se caracterizam por agregarem municípios dormitórios, na sua maioria, com baixos índices de saúde, educação, saneamento básico, e cultura, com alta densidade demográficas 23,6% e 12,6% da população do estado, respectivamente.

Podemos observar algumas tendências na distribuição entre as regiões, na Baixada Litorânea, Médio Paraíba, Serrana, cada uma conseguiu acessar em média de 9% dos convênios; enquanto as regiões, Centro Sul, Costa Verde, Nordeste Fluminense em torno de 4%; região Norte acessou apenas 3%.

Apesar da orientação de não selecionar Pontos dentro do município do Rio de Janeiro, o edital da SeC 2014 selecionou 2 Pontos na Capital, em destaque em rosa, todavia trata-se de instituições indígenas, incluindo esta diversidade cultural no contexto urbano da rede dos Pontos de Cultura.

Aqui cumpre destacar que, deste conjunto de Pontos do estado, cerca de 15% das instituições se sobrepõem, ou seja, foram conveniadas primeiramente pelo MinC, e depois pela SeC e/ou SMC, no total são 303 instituições Pontos de Cultura.

A narrativa do processo de distribuição dos Pontos de Cultura no Estado pontua as preocupações com ajustes segundo os redesenhos elaborados nos espaços de gestão participativa da política pública. Cabe indagar se representa a diversidade que povoa os Pontos, fomentando o desenvolvimento de um sistema de aprendizagem mútua para reflexão e tomadas de decisão (RANDOLPH, 1998) que visem o bem comum (ARENDRT, 1991).

Dessa reflexão deriva que há uma diferença entre: 1. Os discursos e representações da Rede dos Pontos proferidos pelo Estado, Ponteiros gestores participativos, e 2. Ponteiros que estão “mais” ligados aos territórios vividos presencialmente (SANTOS, 2007; TORRES, 2013).

Afinal de contas até aqui naturalizei o conceito nativo de Rede de Pontos de Cultura, que é usado como se todos os Pontos estivessem conectados trocando fluxos, mas qual é a sua dimensão? De quais territórios vividos são os Ponteiros que ocupam os espaços de participação e tecem as representações oficiais da Rede juntamente com o Estado? Este universo é composto por diversidade cultural, de modos de vida, de apropriação de espaços, experiências estéticas, inteligências emocionais e sinestésicas; para ilustrar para além da experiência dos modos urbanos de vida, os povos quilombolas, indígenas, ciganos, migrantes, imigrantes, afrodescendentes, rurais, tradicionais, pescadores, etc. De quais diversidades culturais estamos tratando?

As vivências traçam conexões com dimensões multi-institucionais, multidisciplinares e com teorias e práticas sobre gestão pública. Isto abre diversas possibilidades de presentificar conceitos e categorias (RIBEIRO, 2011), aproximando as pessoas de um determinado território/universo de modo a envolvê-las ou não nas construções de políticas públicas nas quais estão implicadas.

Há lacunas entre a distribuição dos Pontos nos territórios do estado; a representação espacial dos Pontos; a presença numérica nos fóruns de reflexão e tomada de decisões; e a participação no cotidiano junto às instâncias de governo nos diversos fóruns virtuais e presenciais, estabelecendo formas diferenciadas de vivenciar e influenciar a gestão participativa na Rede dos Pontos do Rio de Janeiro.

Mas cabe aqui fazer uma ressalva, não estou negando a existência de uma rede, mas problematizando seus limites “como espaços de intercâmbio, negociação e definição de espaços de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação e exclusão” (EGLER:29, 2007) de uma potencial Rede de Pontos do Rio de Janeiro que incluía as diversidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Joana, “Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais”. Co-autorias com IsadOra CruxênI; Igor Fonseca; Roberto Pires; Uriella Ribeiro, Sociologias vol. 15 no 32 Porto Alegre, 2013. <http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/06.pdf>

ARENDT, Hannah, A dignidade da política. Ed. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL, MinC, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Programa Cultura Viva. Documento Base. São Paulo, Brasília: Ministério da Cultura, 2013.

Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Programa Cultura Viva. Lei Cultura Viva. Atualizado em 30 set. 2015. Disponível em http://www.culturahttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm

BOURDIEU, Pierre, O Poder Símbolico. Bertrand, 1988.

CAMARGO, Marcella, F. V. C. “ Sinergia da Diversidade” In: (orgs) Lia Calabre, Maurício Siqueira, Deborah Rebello Lima, Adélia Zimbrão, Anais do VI Seminário Internacional políticas culturais, edição Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2015. <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2015/05/Anais-do-VI-Seminário-Internacional-de-Pol%ADticas-Culturais.pdf>

_____. “Percepção de Ponteir@s sobre o gestão e cotidiano dos Pontos de Cultura “Estudo Marco Zero sobre a Rede de Pontos de Cultura do estado do Rio de Janeiro, Elaborada e Desenvolvida pela Coordenação de Conhecimentos Estratégico em parceria com a Coordenação de Diversidade Cultural, da Superintendência de – Cultura e Território da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, (Mimeo).

CARVALHO, Aline. A., “Produção de Cultura no Brasil: Da Tropicália aos Pontos de Cultura”. Rio de Janeiro: Multifoco, 2009.

COSTA, Eliane, “Tropicalizando a economia criativa: desafios brasileiros, na perspectiva das políticas culturais.”, In: (orgs) Eliane Costa e Gabriela Agustini, De baixo para cima, Aeroplano, Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Marco Aurélio, “Da razão instrumental à razão comunicativa: o percurso do planejamento na modernidade e as abordagens pós-positivistas.” In: Cadernos IPPUR/UFRJ, v. 22, n. 2, Rio de Janeiro, ago./dez. 2008 <http://docplayer.com.br/8350282-Cadernos-ippur-ufrj-v-22-n-2-ago-dez-2008.html>

EGLER, Tamara T. C. “Redes sociotécnicas, políticas públicas e gestão democrática da cidade.” In: (org) Tamara Tania Cohen Egler: Ciberpolis redes no governo da cidade, Rio de Janeiro:7 Letras:2007.

GEERTZ, Clifford, O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 3 ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

HABERMAS, Juberma, “A Nova intransparência. Do esgotamento das energias utópicas”. Novos Estudos, no. 18, 1987.

IPEA, Relatório da pesquisa avaliativa do programa Cultura Viva. Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões / Ipea, Coordenação de Cultura do IPEA, Brasília, 2011.

LAMBREA, Valéria, Redes híbridas de cultura: o imaginário no poder. Cartografia e análise do discurso do Programa Cultura Viva - 2004 -2013. Tese (Doutorado em educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LEFEBVRE, Henry, The production of space. 23. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

MILANI, R. S. Carlor, “Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política in: Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 180-214 <http://www.scieo.br/pdf/soc/n16/a08n16.pdf>

RIBEIRO, Ana Clara T. “Por uma cartografia da ação:pequeno ensaio de método” em co-autoria com Amélia Rosa Sá Barreto, Alice Lourenço, Laura Maul de Carvalho Costa e Luís Cesar Peruci do Amaral, Cadernos IPPUR/UFRJ, v. 15 e 16, 2001.

_____. “Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação” em co-autoria com Rosélia Pérrissé da Silva Piquet, In: Ana Clara Torres Ribeiro, por uma sociologia do presente, VOL 3, Letra Capital, Rio de Janeiro, 2013.

ROCHA, Adair, “Autores Sociais e ações na cultura e na segurança pública do Rio.” In (org) Cláudia Maria Lima Werner, Floriano José Godinho de Oliveira, Patrícia Tavares Ribeiro Políticas Públicas: interações e urbanidades, Faperj, Rede de Política Públicas, Ed. Letra Capital, RJ, 2013.

RANDOLPH, R. “Planejamento Local, acordos estratégicos e democracia: o caso do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, conferência proferida no XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1998 - http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5281&Itemid=36

ROLEMBERG, Márcia, “Cidadania e Diversidade Cultural com Participação Social”, artigo publicado no V Seminário Internacional de Políticas Culturais, ed Fundação Casa de Rui Barbosa, Maio de 2014.

SANTOS, Bonaventura S., “La reinención del Estado y el Estado plurinacional” en OSAL (Buenos Aires: Clacso) Año VII, 22, septiembre, 2007. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal22/D22SousaSantos.pdf>

SANTOS, Milton, “O Espaço: Sistemas de Objetos, Sistema de Ação.” In: A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo. Razão e Emoção. EDUSP 4o.ed. 2.reimpr.,São Paulo, 2016.

TURINO, Célio, Ponto de Cultura: O Brasil de Baixo para Cima. Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2009